



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / MG	CNPJ:	18.715.383/0001-40
Endereço:	Avenida Afonso Pena, 1212	Complemento:	5º andar
Bairro:	Centro	CEP:	30130-009
Telefone:	(031) 3277-4442	Fax:	
		E-mail:	andre.arei@pbh.gov.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	Marcelo Piancastelli de Siqueira	CPF:	125.350.606-04
Cargo:	Secretário	Complemento do Cargo:	Secretário Municipal de Finanças
E-mail:	marcelo.piancastelli@pbh.gov.br	Data Início de Gestão:	02/03/2013

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome:	Subsecretaria de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado	CNPJ:	14.885.482/0001-19
Endereço:	Avenida Augusto de Lima, 30	Complemento:	10º andar
Bairro:	Centro	CEP:	30190-000
Telefone:	(031) 3246-6604	Fax:	
		E-mail:	previdencia@pbh.gov.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	Márcio Almeida Dutra	CPF:	431.100.296-34
Cargo:	Secretário	Complemento do Cargo:	Secretário Municipal Adjunto Gestão
Telefone:	(031) 3246-6604	Fax:	
		E-mail:	smagp@pbh.gov.br
		Data Início de Gestão:	07/04/2011

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome:	Alexandre Fonseca Dias	CPF:	001.184.486-84
Cargo:	Gerente	Complemento do Cargo:	
Telefone:		Fax:	
Entidade Certificadora:	ANBIMA	E-mail:	
		Data Início de Gestão:	12/02/2015
		Validade Certificação:	31/07/2017

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	Alexandre Fonseca Dias	CPF:	001.184.486-84
Telefone:		Fax:	
Data de envio:	16/12/2015	E-mail:	
	[[Retificação]]		

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2016

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Alexandre Fonseca Dias

CPF: 001.184.486-84

Data da Elaboração: 16/12/2015

Data da ata de aprovação: 16/12/2015

Órgão superior competente: Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores de Belo Horizonte

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 4,50 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	25,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	25,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	2,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	2,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	2,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	5,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	5,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	5,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	2,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		213,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O cenário macroeconômico de 2015 foi e está sendo bem movimentado tanto no âmbito local quanto internacional. No exterior, as expectativas dos agentes econômicos se concentraram na “freada” da economia Chinesa, no afrouxamento econômico Europeu e na elevação dos juros americanos. Diante disto, o movimento de capitais entre as fronteiras foi elevado e impulsionado por estes 3 aspectos.

A desaceleração da economia chinesa é consequência de um cenário já esperado pelo mercado nos últimos anos. A mudança do comando político trouxe a instituição de uma visão de crescimento voltada mais para o mercado doméstico (comércio e serviços) demonstrando suas intenções de equilibrar o crescimento, de uma economia inicialmente voltada para investimento e exportação para uma economia mais focada no consumo interno. Os percalços desta mudança se apresentam no crescimento abaixo das expectativas do mercado.

Com relação à Europa, pode-se dizer que ela absorveu a segunda onda da crise do subprime americano. O reflexo foi sentido no financiamento dos déficits fiscais da Grécia, Espanha e Irlanda. A saída encontrada, após anos de discussão, foi estabelecer um relaxamento monetário (juros baixos e aumento de liquidez) na zona do EURO. O BCE – Banco Central Europeu – sob a liderança de Mario Draghi é o responsável por implementar esta política. Aparentemente o resultado tem sido positivo e é possível identificar melhora nas exportações e no aumento, mesmo que tímido, dos índices de inflação.

Por fim, a elevação dos juros americanos vêm trazendo volatilidade aos mercados, mais pela sua expectativa do que pelo fato em si. Depois da crise do subprime iniciada em 2008, a resposta clássica americana foi o relaxamento monetário, ou seja, redução dos juros para próximo a zero e recompra de títulos no mercado. O objetivo desta política é ampliar a liquidez do mercado e tracionar a economia. Depois de aproximadamente 6 anos o mercado começou a identificar os resultados desta política. A economia americana cresceu, o desemprego diminuiu e a inflação só não subiu mais porque o preço do petróleo caiu e o dólar se valorizou.

Diante, portanto, desta realidade da economia internacional, identificamos padrões de incerteza que podem trazer mais volatilidade para o fluxo de capitais entre os países desenvolvidos e emergentes. Os ativos mais atingidos são: juros futuros, bolsa e dólar, afetando diretamente o retorno dos recursos dos RPPS's.

Desta forma, as incertezas quanto ao desenvolvimento da economia chinesa para os próximos anos, o afrouxamento monetário implementado na economia Europeia e o desdobramento da elevação dos juros americanos representam pontos de atenção para a alocação em fundos com duration longas – IMA-B e IMA-B5+.

Do lado interno, a economia brasileira vem se mostrando incerta. Os principais indicadores de crescimento têm apresentado desempenho insatisfatório, o câmbio tem se desvalorizado pressionando a inflação. A inflação por seu lado tem permanecido acima do centro da meta e as taxas de juros estão elevadas. Tudo isto vem deixando a meta atuarial mais distante para os RPPS's.

Os movimentos de alta dos ativos verificados em 2015 foram resultado da redução da percepção de risco por parte do investidor estrangeiro e consequente migração de recursos para países emergentes. Ao entrar nos países, este capital provoca valorização das moedas locais, redução das taxas de juros futuras e elevação dos índices acionários. No entanto, a percepção dos resultados, aparentemente positivos, não reflete qualquer tendência para economia ou sustentabilidade nos resultados, pois quando retorna, o efeito é negativo.

Para 2016, o cenário não deve ser muito diferente do que foi 2015. As expectativas do mercado para os principais indicadores econômicos e como será o comportamento das taxas de juros no Brasil e no exterior vão pautar a alocação dos recursos do RPPS.

Os pontos acima são recorrentes e uma leitura apurada dos acontecimentos pode contribuir na utilização dos instrumentos adequados para diversificar a alocação dos ativos na busca da meta atuarial.

Alguns temas permanecerão na pauta dos investidores e outros serão acrescentados:

I) Expectativas quanto à elevação de juros nos Estados Unidos: O crescimento econômico americano tem se consolidado: dados referentes à redução do desemprego e elevação da inflação trouxeram consigo fortes expectativas quanto a uma política monetária mais restritiva. A elevação dos juros terá como objetivo o controle inflacionário. Nessas situações, as oscilações nas taxas de juros futuras no Brasil tendem a ser mais contundentes principalmente nos prazos mais longos, como as NTN-Bs que compõem os índices IDKA20, IMA-B5+ e IMA-B. A medida do impacto desta elevação de juros dependerá tanto sua magnitude quanto das condições macroeconômicas brasileiras.

II) Acomodação da economia chinesa: Como dito, o mercado acompanhará de perto as medidas tomadas pelos formadores da política econômica chinesa e medirão sua efetividade. Em se confirmando as expectativas - ou seja, um “pouso suave” - a aversão ao risco deve se reduzir, porém, se não se confirmarem, teremos mais volatilidade no mercado internacional. Não se pode descartar o comportamento das economias asiáticas: existe uma queda generalizada na produção e nas exportações.

III) Ajuste fiscal brasileiro: No Brasil, o tema que será acompanhado de perto pelos investidores será a capacidade do governo ajustar as contas públicas. Num cenário de queda do PIB e consequente queda de arrecadação de tributos, o corte de gastos passa a ter papel preponderante na saúde contábil do governo. Desta forma, a busca pelo superávit primário terá significado especial, principalmente diante da possibilidade da perda do grau de investimentos por uma segunda agência internacional de rating.

Como é sabido, toda alocação de recursos tem que ser encarada como um processo dinâmico, ou seja, ao estabelecer uma estratégia, o RPPS não pode se furtar de efetuar as correções necessárias do rumo. Não há dúvidas que o cenário macroeconômico, tanto no Brasil quanto no exterior, apresentará elevado grau de incerteza. Desta forma, encurtar o prazo médio da carteira é fundamental. Fundos DI e IRF-M1 são opções para defesa do capital e retorno com menor risco e IMA-B5 e IDKA 2 representam oportunidades, com baixo risco, para superar os desafios.

Objetivos da gestão

O objetivo da Política de Investimentos é estabelecer as diretrizes relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS-BH, levando-se em consideração os princípios da boa governança e legalidade, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos constitui um instrumento que visa proporcionar melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos com foco na busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial estabelecida pelos estudos atuariais.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS-BH, a estratégia de investimento deverá prever diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, imóveis) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno, os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos com especial ênfase no médio e longo prazos.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

Os investimentos e desinvestimentos do RPPS–BH terão seus critérios definidos de acordo com a natureza dos fundos que compõem o RPPS–BH, nos termos da Lei nº 10.362/2011. Os cenários econômicos previstos para o exercício de 2016 demandarão do RPPS-BH uma atuação dinâmica, aproveitando da melhor maneira as oportunidades existentes no mercado financeiro, a fim do cumprimento da meta de rentabilidade definida nesta Política de Investimentos. Assim, os investimentos e desinvestimentos dos recursos previdenciários do RPPS-BH levarão em conta as análises dos diversos cenários econômicos de curto, médio e longo prazos, além da avaliação dos riscos associados aos produtos e as possibilidades de retorno, tendo como base esta Política e as definições estabelecidas nas reuniões mensais do Comitê de Investimentos.

Para o Fundo Financeiro – FUFIN, fundo que tem o regime de repartição simples, as decisões sobre investimentos serão realizadas em produtos de investimentos que contemplem uma visão de curto prazo, pois os pagamentos dos benefícios são custeados pelas contribuições dos beneficiários e do ente. Em segundo plano, os recursos do FUFIN poderão ser investidos em ativos de longo prazo, desde que os resgates não prejudiquem o fluxo de pagamentos que são realizados periodicamente.

Para o Fundo Previdenciário – BHPREV, fundo que está no regime de capitalização e de repartição de capital de cobertura, as decisões sobre investimentos serão pautadas em um horizonte de longo prazo, pois seu tempo de maturidade é longo. Sendo assim, os produtos de investimentos serão analisados de acordo com os estudos atuariais e as necessidades de pagamento futuros do BHPREV. Embora a UG preocupar-se-á com investimentos de longo prazo, poderá ser trabalhado investimentos em curto prazo, visando prevenir as distorções do mercado e perda de preços nos papéis dos ativos e/ou produtos investidos, além de pagamentos de benefícios previdenciários não programados.

Em relação aos desinvestimentos, os dois fundos são analisados conjuntamente. Os desinvestimentos buscarão alocar os recursos visando atingir a melhor rentabilidade e serão promovidos pela UG, em consonância com as consultas realizadas mensalmente ao Comitê de Investimentos, em conformidade com Lei Municipal 10.362/2011, em seu artigo 104, inciso VI.

Para realização de investimentos de recursos que poderão ser recebidos no período compreendido entre as reuniões do Comitê de Investimentos, a UG deverá aplicar os recursos em ativos que já existam na carteira de investimentos do RPPS-BH, nas mesmas instituições financeiras detentoras dos recursos.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Nos termos do Inciso I do Parágrafo 1º do artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, o RPPS–BH adota o modelo de gestão própria, uma vez que as aplicações são realizadas diretamente pela Unidade Gestora do RPPS-BH.

Na escolha das Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que receberão os recursos previdenciários, deverão ser observados os critérios e limitações estabelecidos no art. 3º da Portaria MPS nº 519/2011, bem como na Resolução CVM nº 3922/2010, dentre os quais:

- Prévio credenciamento da Instituição escolhida para receber as aplicações tendo esta que ser atualizada a cada 6 meses;
- Regularidade fiscal e previdenciária da instituição escolhida para receber as aplicações;
- Regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários da entidade escolhida para prestação de serviços de consultorias financeiras;
- Elevado padrão ético, solidez patrimonial e ausência de restrições junto ao Banco Central do Brasil e/ou à Comissão de Valores Mobiliários que desaconselhem relacionamento seguro com a entidade;
- Compatibilidade entre volume de recursos administrados, patrimônio e capacidade técnica da entidade;
- Desempenho positivo na atividade de administração de recursos de terceiros notadamente reconhecido pelo mercado;
- Análise do histórico, experiência, volume de recursos e qualificação técnica do gestor, administrador e controladores na gestão de recursos de RPPS;
- Verificação da existência de segregação de atividades (Chinese Wall) entre controlador e administradora de recursos de terceiros;
- Compatibilidade com obrigações presentes e futuras do regime atestadas pelo representante legal do RPPS em caso de aplicações em fundos que apresentem prazos dilatados de carência e/ou cotização e prazos de desinvestimentos;
- Experiência na Gestão de Previdência Pública;
- Seja condicionado, mediante termo específico, que o pagamento de taxa de performance tenha: periodicidade semestral ou efetuada no ato do resgate, que seja apurada após a dedução das despesas do fundo, inclusive da taxa de administração (art. 3º, inciso VII, c, da Portaria 519/2011), que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimentos do fundo e que a aplicação supere o índice de referência.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

O acompanhamento é realizado pelo Relatório de Investimentos mensal emitido por consultoria financeira contratada para assessoria ao RPPS-BH e ao Comitê de Investimentos. Ainda, o acompanhamento das aplicações indicadas pelos gestores é acompanhada diariamente pela leitura dos extratos bancários de cada aplicação financeira, quando for o caso, afim de avaliar a liquidez e rentabilidade dos ativos. Além disso, há a consulta às instituições financeiras em suas variadas modalidades de aplicação para assim compararmos aos resultados obtidos em nossas aplicações.

Observações

A presente Política de Investimentos está sujeita à modificação em virtude de alterações na legislação que rege a aplicação de recursos dos RPPS, alterações na estrutura do regime de previdência municipal ou em decorrência de fatos econômicos relevantes e supervenientes, em ambos os casos sempre precedida de apresentação e aprovação pelo Conselho de Administração.

As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho de Administração do RPPS–BH para avaliação e autorização.

A divulgação desta Política de Investimento será feita junto ao Site da Prefeitura do Município de Belo Horizonte através do endereço www.pbh.gov.br, será publicada por uma vez no Diário Oficial do Município e ainda estará a disposição na sede da UG a todos os interessados.

A construção da Política de Investimento atende à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

Gerencialmente, o RPPS-BH deve balizar o retorno da carteira de seus investimentos para o exercício de 2016 em CDI (Certificado de Depósito Interbancário) mais um prêmio de 105% (cento e cinco por cento).

No segmento de Renda Variável, fica autorizada a alocação de até 5% do total dos recursos do RPPS-BH no somatório dos produtos abaixo representados, que deverá restringir-se aos ativos e limites impostos pelo Art. 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e só poderão serem realizadas aplicações nesse segmento após aprovação por ¾ dos membros do Conselho de Administração.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	125.350.606-04 - Marcelo Piancastelli de Siqueira	Data: __/__/__	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	431.100.296-34 - Márcio Almeida Dutra	Data: __/__/__	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	001.184.486-84 - Alexandre Fonseca Dias	Data: __/__/__	Assinatura:
Responsável:	001.184.486-84 - Alexandre Fonseca Dias	Data: __/__/__	Assinatura: